

TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP  
SÃO PAULO, 21 DE JULHO DE 2006

Resultados trimestrais 2006  
Janeiro – Junho



# TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP

São Paulo, 21 de Julho de 2006

Resultados trimestrais 2006  
janeiro – junho

## ÍNDICE

<b>DESTAQUES DOS RESULTADOS</b>	<b>2</b>
<b>DESTAQUES DAS RECEITAS</b>	<b>6</b>
<b>DESTAQUES DOS GASTOS OPERACIONAIS</b>	<b>9</b>
<b>OUTROS DESTAQUES</b>	<b>12</b>
<b>EVENTOS SOCIETÁRIOS</b>	<b>14</b>
<b>NOTAS ADICIONAIS</b>	<b>19</b>
<b>RESUMO HISTÓRICO</b>	<b>21</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>23</b>
<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b>	<b>24</b>
<b>DADOS OPERACIONAIS</b>	<b>25</b>
<b>TARIFAS</b>	<b>26</b>
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>27</b>

## DESTAQUES DOS RESULTADOS

<i>Dados consolidados não auditados (Milhões de reais)</i>	Janeiro - Junho		
	2006	2005	% Var
Receita operacional líquida <sup>1/</sup>	7.225,2	6.918,0	4,4
EBITDA <sup>2/</sup>	3.327,9	3.141,4	5,9
Margem EBITDA (%)	46,1%	45,4%	0,7 P.P.
Resultado operacional	1.503,6	1.188,7	26,5
Resultado antes dos impostos e participações	1.510,4	1.217,8	24,0
Resultado líquido	1.281,1	1.157,6	10,7
Ações em circulação (milhões)	492,0	493,6	(0,3)
LPA	2,60	2,35	11,0
Linhas instaladas comutadas (ooo)	14.363,4	14.333,8	0,2
Linhas em serviço (ooo)	12.342,4	12.442,1	(0,8)
Densidade telefônica (por 100 habit.)	30,7%	31,4%	(0,7) P.P.
Linhas em serviço/empregado <sup>3/</sup>	1.862	1.771	5,2
Digitalização da rede (%)	100,0	98,8	1,2 P.P.

1/ A Receita Operacional Bruta do acum. até jun06 foi de R\$10.205,7 milhões e a do acum. até jun05 foi de R\$9.770,6 milhões. As deduções, que incluem ICMS, PIS, COFINS, ISS, IPI e descontos concedidos foram de R\$2.980,5 milhões no acum. até jun06 e de R\$2.852,6 milhões no acum. até jun05.

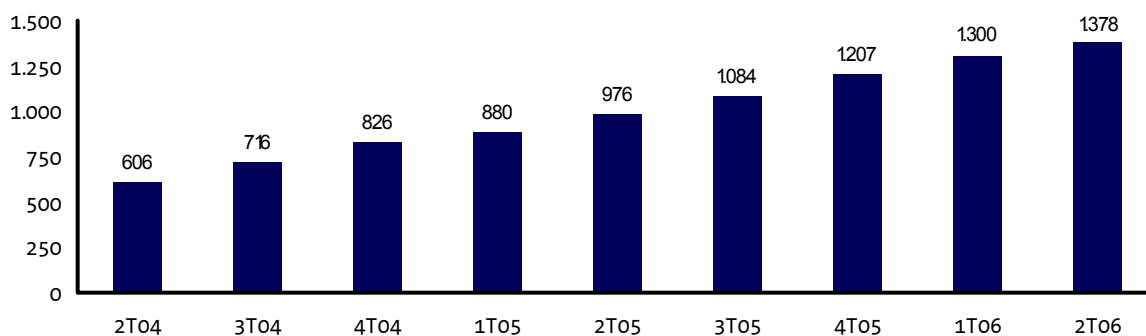
2/ Resultado antes da depreciação/amortização e receitas (despesas) financeiras - EBITDA.

3/ Para o cálculo deste índice, LIS considera linhas fixas em serviço mais linhas ADSL.

**ADSL** é oferecido com a marca “Speedy” e atingiu 1.377.526 clientes em junho de 2006, apresentando um incremento de 6,0% em relação ao 1T06. Em relação a junho de 2005, o crescimento foi de 41,1%, em linha com o ritmo de crescimento dos últimos trimestres. Este é um produto prioritário para a empresa dado que fideliza o cliente. A Telesp está investindo em novos produtos sobre a plataforma ADSL, com vistas a ampliar sua oferta de serviços e tornar-se ainda mais competitiva.

### EVOLUÇÃO DOS CLIENTES ADSL

(Milhares)

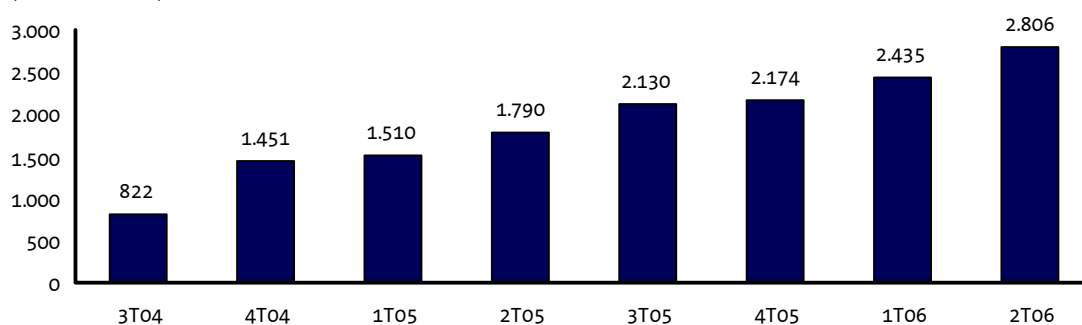


**Planos alternativos de telefonia fixa** – Os planos alternativos de telefonia fixa rentabilizam a capacidade instalada da Telesp e atendem segmentos do mercado que antes não tinham opções mais adequadas para acesso ao telefone fixo. Isto reflete o compromisso da Telesp com a universalização dos serviços de telecomunicações no Estado de São Paulo, superior às exigências regulatórias, e à socialização do acesso à comunicação e informação. Além dos planos alternativos que se consolidaram ao longo de 2005 (Linha da Economia, Linha da Super Economia e Linha da Economia Família), no início de 2006 foram lançados planos alternativos focados em determinados segmentos de mercado. Deve-se assinalar que entre os lançamentos de 2006, os planos de minutos tiveram destacado sucesso. Seguem os lançamentos de 2006:

- **Linha Lazer**, lançado em 13 de janeiro de 2006, este serviço é focado para casas de veraneio ou de uso temporário, onde ainda não existe uma linha telefônica instalada. O controle dos gastos com telefone neste caso é feito através de uma senha para bloqueio e desbloqueio de ligações. A mensalidade do serviço é de R\$34,90 (sem franquia), mas promocionalmente quem já possui uma linha clássica instalada em outro município pagará apenas R\$19,90. A habilitação da Linha Lazer é de R\$88,00 divididos em 10 parcelas. As ligações são cobradas por minutos, inclusive as chamadas locais.
- **Linha Controle**, lançado em 02 de fevereiro de 2006, este serviço permite o controle total de gastos com telefone fixo. Com uma mensalidade de R\$64,00 (inclui impostos), este plano dá direito a um pacote promocional de 400 minutos de conversação fixo-fixo. Para os minutos excedentes e para as ligações de longa distância e para celular, o cliente utiliza o Cartão da Economia (pré-pago). A habilitação da Linha Controle tem valor promocional de R\$88,00 divididos em 10 parcelas.
- **Linha Jovem**, lançada em 10 de fevereiro de 2006, este serviço é ideal para a segunda linha telefônica de uma residência e garante o controle de gastos com uma conta mensal fixa. Tem uma mensalidade promocional de R\$81,00 (incluindo assinatura básica) para clientes que já possuem uma linha telefônica no mesmo CPF e endereço. Esta linha oferece uma franquia de 450 minutos para ligações fixo-fixo e para ligações de longa distância e celular o cliente utiliza o Cartão da Economia (pré-pago). A habilitação da Linha Jovem tem valor promocional de R\$88,00 divididos em 10 parcelas.
- **Planos de minutos**, lançado em 26 de janeiro de 2006, estes planos proporcionam descontos de até 40% nas ligações locais, com descontos progressivos em relação ao volume de minutos contratados. Existem também versões para chamadas de fixo para celular e para chamadas de longa distância intra-estadual. Até o final de junho de 2006 foram comercializados aproximadamente 610 mil planos de minutos.

#### EVOLUÇÃO DAS LINHAS EM SERVIÇO COM PLANOS ALTERNATIVOS DE TELEFONIA FIXA

(Milhares de linhas)

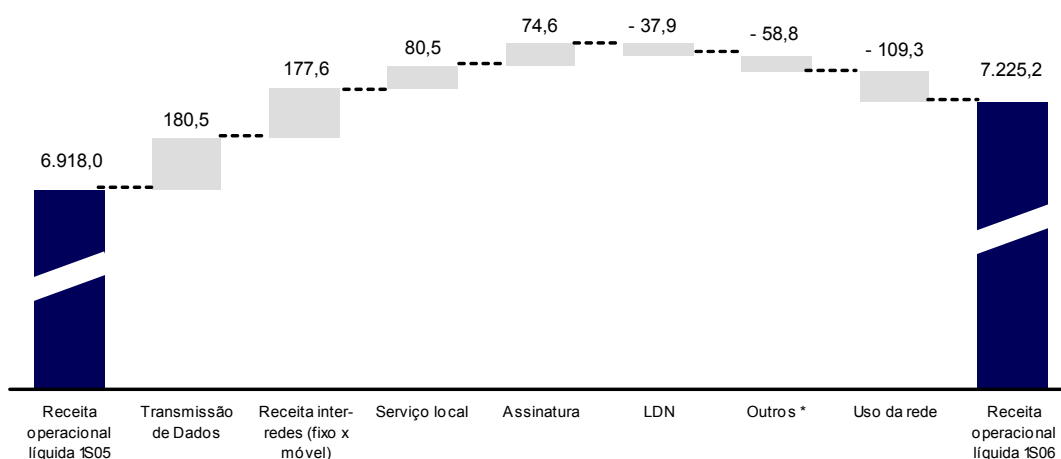


**A receita operacional líquida** acumulada até junho de 2006 foi de R\$7.225,2 milhões, que comparada à receita apurada no mesmo período do ano anterior de R\$6.918,0 milhões, apresentou um aumento de R\$307,2 milhões ou 4,4%, justificada principalmente pelo realinhamento tarifário ocorrido em 2005, além do crescimento do serviço Speedy e do número de linhas econômicas, parcialmente contrabalançadas pela queda na receita de uso de rede, devido às novas regras de interconexão vigentes a partir de 1o de janeiro de 2006, ao reajuste de negativo de 13,3% na TU-RL ocorrido em junho/05 e ao investimento em infra-estrutura em longa distância realizado por outras operadoras no Estado de São Paulo, além da queda na receita de Longa Distância Nacional. Quando comparamos o 2T06 com o 2T05, observamos um aumento de R\$74,3 milhões ou 2,1%, devido aos mesmos motivos citados acima.

A **Margem EBITDA** do 1S06 foi de 46,1%, apresentando um crescimento de 0,7 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, contribuindo para isto o realinhamento tarifário ocorrido em 2005 e o crescimento do serviço Speedy, contrabalançado parcialmente pelo aumento dos gastos com pessoal e com tributos. Quando comparamos o 2T06 com o 2T05, observa-se um aumento de 1,7p.p., chegando-se a uma margem de 47,3%. Contribuiu para este aumento a queda nos gastos operacionais em geral e o aumento do serviço Speedy, contrabalançado parcialmente pela queda na receita de uso da rede e na receita de Longa Distância Nacional.

#### FONTES DE VARIAÇÃO NA EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE 1S 05 PARA 1S 06

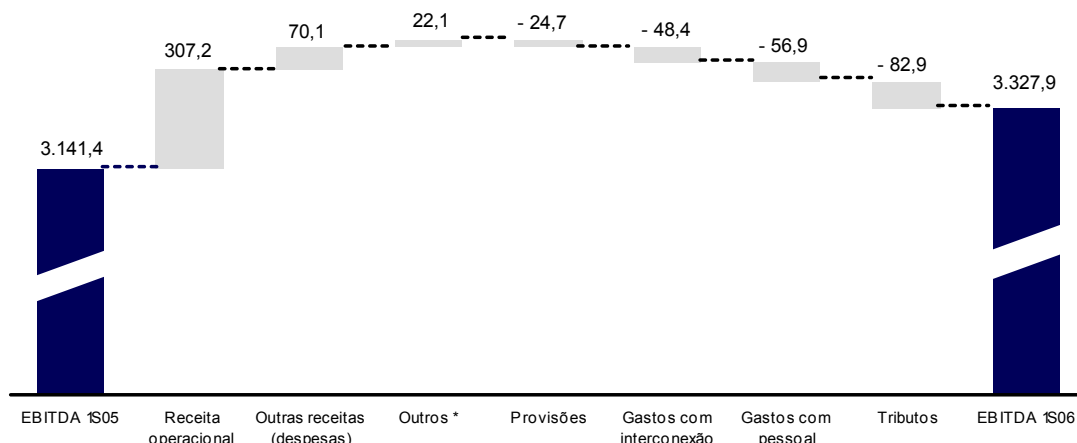
Dados não auditados (R\$ Milhões)



\* Deduções, LDI, Habilitação, Cessão de meios, Telefonia Pública e Outros serviços adicionais.

#### FONTES DE VARIAÇÃO NA EVOLUÇÃO DO EBITDA DE 1S 05 PARA 1S 06

Dados não auditados (R\$ Milhões)

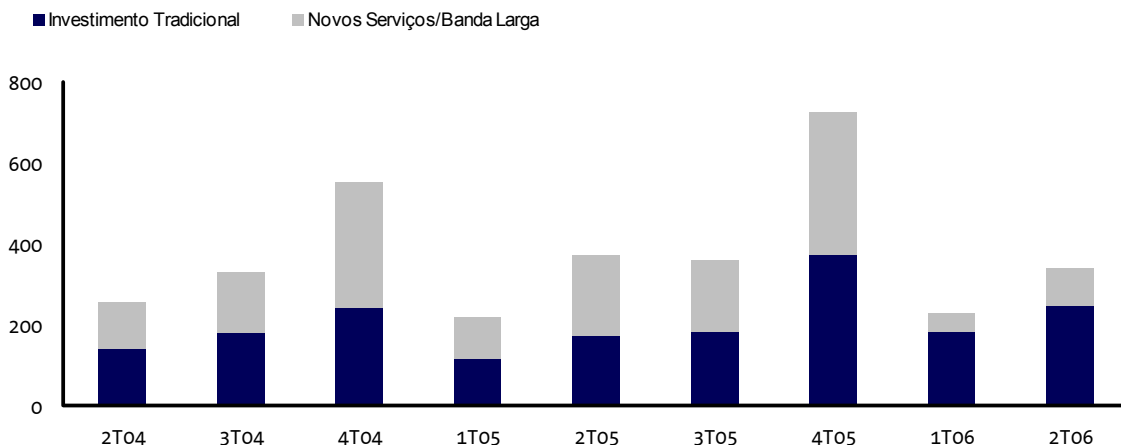


\* Ganho (perda) com investimentos, Serviços de Terceiros, Materiais e Outros.

O Capex consolidado no acumulado até junho de 2006 foi de R\$568 milhões. Este número está em linha com as necessidades da empresa e confirma o compromisso do Grupo Telefônica no Brasil com vistas ao longo prazo, tanto na manutenção e socialização dos serviços tradicionais como de crescimento nos novos serviços e o maior e melhor atendimento aos seus clientes.

## EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO

R\$ milhões



O endividamento da empresa em 30 de junho de 2006 era de R\$2.464,7 milhões, 15,3% menor que em 30 de junho de 2005. Em 31 de março de 2006 o endividamento da empresa era de R\$2.628,7 milhões. O perfil de endividamento da Telesp é otimizado em função das alternativas e condições de financiamentos disponíveis no mercado financeiro e da situação econômico- financeira da empresa a cada momento.

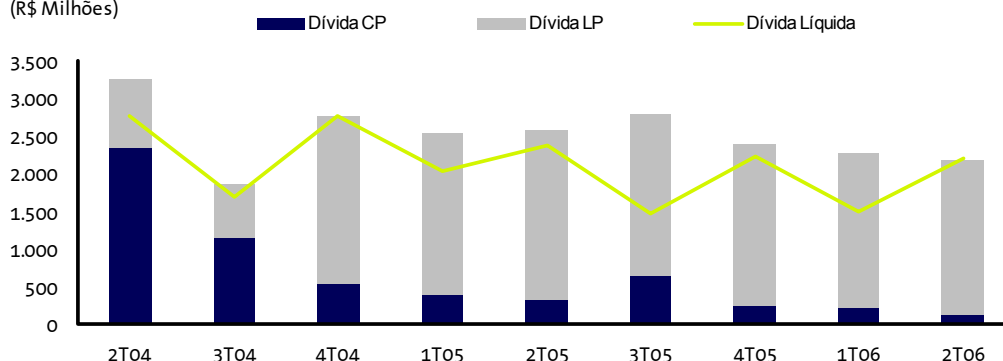
## DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA

(R\$ Milhões)

	Junho/06	Março/06	Junho/05
Dívida de Curto Prazo	(120,1)	(217,4)	(325,7)
Dívida de Longo Prazo	(2.066,8)	(2.059,0)	(2.239,4)
<b>Dívida Total</b>	<b>(2.186,9)</b>	<b>(2.276,4)</b>	<b>(2.565,1)</b>
Ganho / Perda nas Operações de Derivativos	(277,8)	(352,4)	(346,2)
<b>Dívida (pós-operações de derivativos)</b>	<b>(2.464,7)</b>	<b>(2.628,7)</b>	<b>(2.911,2)</b>
Caixa	265,0	1.128,4	541,2
<b>Dívida Líquida</b>	<b>(2.199,7)</b>	<b>(1.500,4)</b>	<b>(2.370,1)</b>

## EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

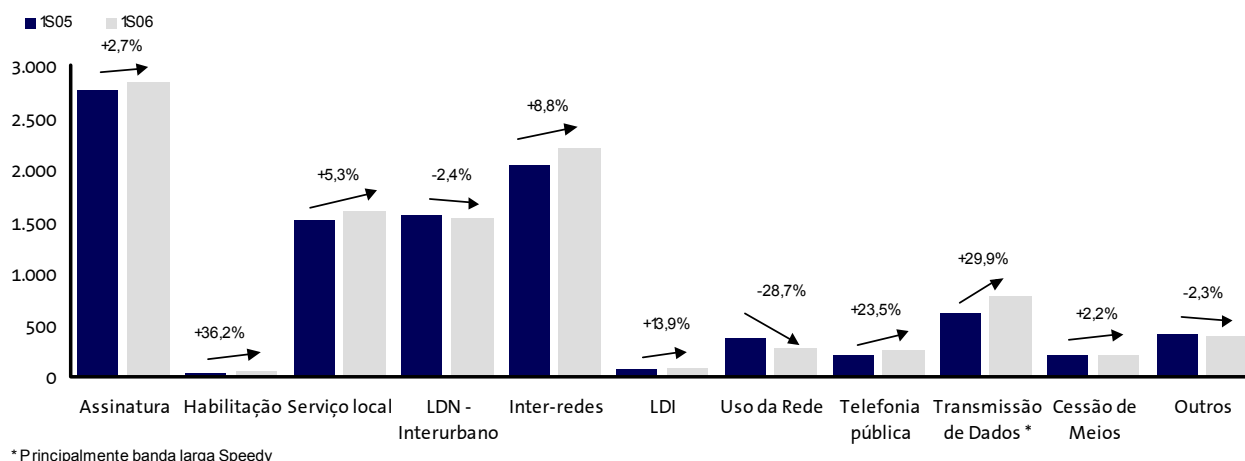
(R\$ Milhões)



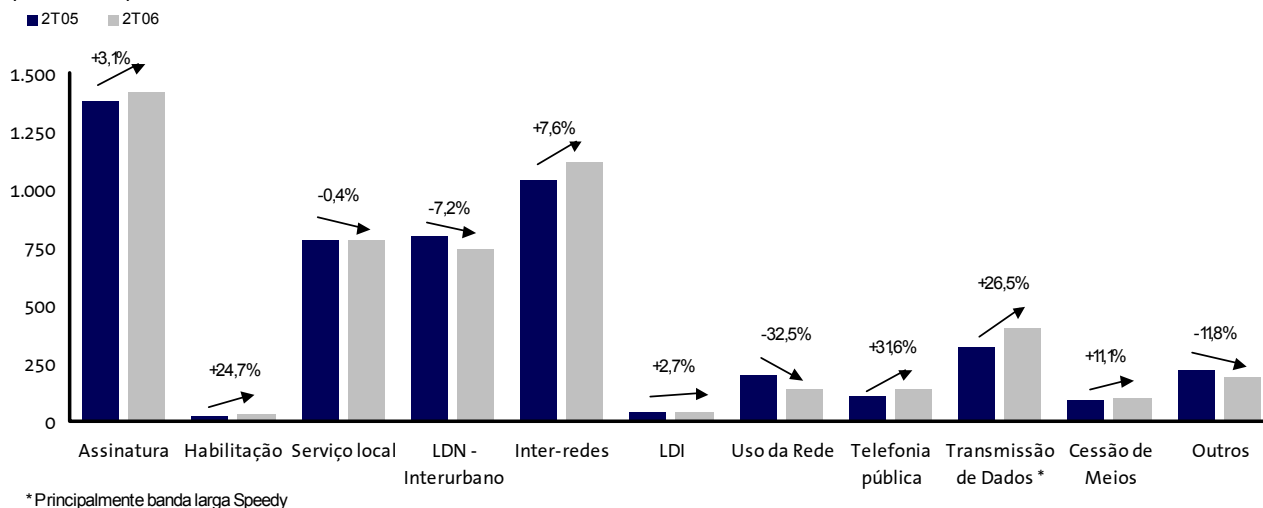
## DESTAQUES DAS RECEITAS

A receita operacional bruta acumulada até junho de 2006 atingiu R\$10.205,7 milhões, apresentando um crescimento de R\$435,1 milhões ou 4,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Quando comparamos o 2T06 com o 2T05, observamos um incremento de R\$105,3 milhões ou 2,1%.

EVOLUÇÃO DOS ITENS DE RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE 1S05 PARA 1S06  
(R\$ Milhões)



EVOLUÇÃO DOS ITENS DE RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE 2T05 PARA 2T06  
(R\$ Milhões)



As variações são justificadas pelos itens a seguir:

**Assinatura:** atingiu R\$2.830,8 milhões no 1S06, apresentando um acréscimo de R\$74,6 milhões ou 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao realinhamento tarifário ocorrido em 2005 e ao sucesso na comercialização dos planos alternativos de telefonia fixa, contrabalançado parcialmente pela redução do número de assinantes. No comparativo 2T06 x 2T05, observamos um aumento de R\$43,3 milhões ou 3,1% justificado pelos mesmos motivos citados acima.

**Habilitação:** atingiu R\$56,4 milhões no 1S06, apresentando um crescimento de R\$15,0 milhões ou 36,2% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido ao reajuste tarifário ocorrido em 2005, à habilitação de novos planos alternativos de telefonia fixa e ao término da campanha de habilitação gratuita da 2ª linha telefônica. No comparativo 2T06 x 2T05, houve um aumento de R\$6,0 milhões ou 24,7% devido aos mesmos motivos citados acima.

**Serviço local:** atingiu R\$1.591,8 milhões no 1S06, apresentando um crescimento de R\$80,5 milhões ou 5,3% em comparação ao mesmo período de 2005, em função do reajuste tarifário ocorrido em 2005 de 7,27% e ao sucesso da expansão dos planos alternativos que possuem precificação diferenciada para assinatura e uso local, contrabalançada parcialmente pela redução do tráfego, principalmente em junho, em função da Copa do Mundo, além da queda da internet discada, dada a migração para a Banda Larga. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos um decréscimo de R\$3,5 milhões ou 0,4% devido principalmente pela redução do tráfego em função da Copa do Mundo, além da queda da internet discada, dada a migração para a Banda Larga, contrabalançado parcialmente pelo reajuste de tarifas ocorrido em 2005.

**LDN:** atingiu R\$1.528,2 milhões no 1S06, apresentando uma redução de R\$37,9 milhões ou 2,4% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos um decréscimo de R\$57,1 milhões ou 7,2%. As variações são justificadas pelos seguintes fatores:

**Longa distância intra-estadual:** atingiu R\$1.038,9 milhões no 1S06, apresentando uma redução de R\$45,4 milhões ou 4,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, devido à redução do tráfego no período, contrabalançado parcialmente pelo reajuste tarifário ocorrido em 2005. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos um decréscimo de R\$49,0 milhões ou 8,9% devido aos mesmos motivos citados acima.

**Longa distância interestadual:** atingiu R\$489,4 milhões no 1S06, apresentando um crescimento de R\$7,5 milhões ou 1,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido ao reajuste tarifário ocorrido em 2005, contrabalançado por uma ligeira redução de tráfego em função da migração para telefonia móvel, onde o market share da Telefônica é menor. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos uma redução de R\$8,1 milhões ou 3,3% devido principalmente à migração de tráfego para a telefonia móvel.

**Receita inter-redes:** atingiu R\$2.203,2 milhões no 1S06, apresentando um crescimento de R\$177,6 milhões, ou 8,8% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos reajustes tarifários ocorridos em 2005 (VC1) e em 2006 (VC2 e VC3), além do aumento da planta móvel. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos um aumento de R\$78,9 milhões ou 7,6% devido aos mesmos motivos citados acima.

**LDI:** atingiu R\$82,0 milhões no 1S06, apresentando um aumento de R\$10,0 milhões ou 13,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, devido ao reajuste tarifário ocorrido em 2005, a um maior ganho na receita de interconexão internacional no período, além do aumento de tráfego SMP. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos um aumento de R\$1,0 milhão ou 2,7% devido ao reajuste tarifário ocorrido em 2005, a um maior ganho na receita de interconexão internacional no período e ao aumento do tráfego SMP, contrabalançado parcialmente pela queda no tráfego.

**Receita de uso da rede:** atingiu R\$272,0 milhões no 1S06 e quando comparado com o mesmo período do ano anterior, apresentou um decréscimo de R\$109,3 milhões ou 28,7%. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos um decréscimo de R\$65,1 milhões ou 32,5%. Estes efeitos foram causados principalmente pelas novas regras de interconexão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2006, onde os

valores máximos das tarifas de uso de rede local (TU-RL) e interurbana (TU-RIU) foram alterados. A partir de 2006, a tarifa de TU-RL está limitada a 50% do valor da tarifa de público do minuto local, o que significa uma queda de 22,3% em relação à tarifa praticada em dez/2005. Já no caso da TU-RIU, o valor máximo representa 30% dos valores correspondentes ao degrau 4, obedecido à modulação horária. Houve também um reajuste negativo de 13,3% na tarifa de uso de rede local (TU-RL), ocorrido em jun/05, além da redução de uso de rede, reflexo dos investimentos em infra-estrutura de longa distância realizados por outras operadoras no Estado de São Paulo.

**Telefonia pública:** atingiu R\$259,6 milhões no 1S06, apresentando um acréscimo de R\$49,3 milhões ou 23,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido ao aumento na venda de cartões telefônicos, ao realinhamento tarifário ocorrido em 2005, além da renegociação das margens oferecidas aos distribuidores. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos um aumento de R\$33,1 milhões ou 31,6%, justificado pelos mesmos motivos citados acima.

**Transmissão de dados:** atingiu R\$784,0 milhões no 1S06, registrando um crescimento de R\$180,5 milhões ou 29,9% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos um acréscimo de R\$84,4 milhões ou 26,5%. Ambos os efeitos foram causados pelo crescimento dos serviços “Speedy”.

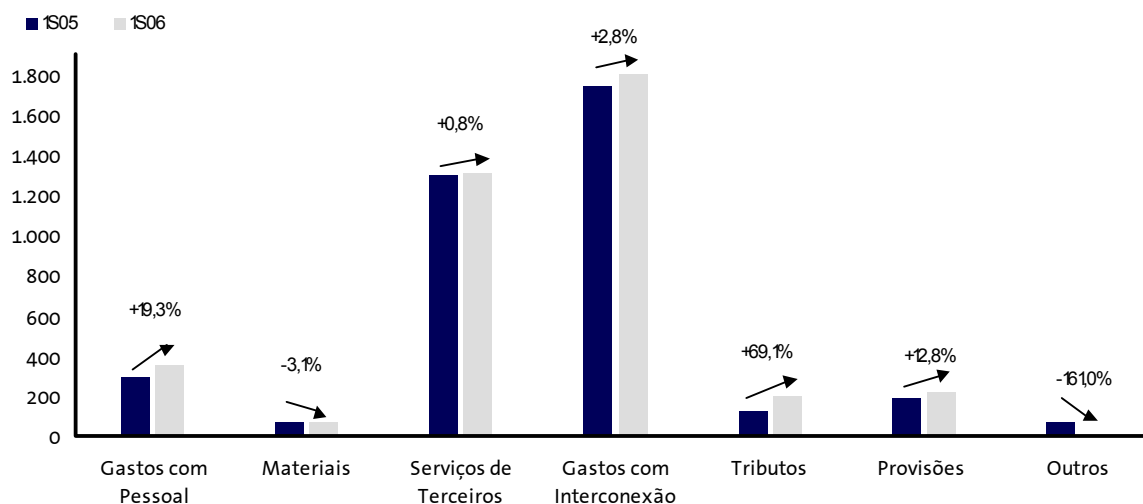
**Cessão de Meios:** atingiu R\$199,8 milhões no 1S06, apresentando um acréscimo de R\$4,3 milhões ou 2,2% quando comparado com mesmo período do ano anterior. Este efeito foi causado principalmente pelo aumento das receitas com Aluguel de Exploração Industrial de Linhas Dedicadas de 2MB (EILD 2MB) e Acesso Local à Rede de Pacotes. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos um acréscimo de R\$10,1 milhões ou 11,1% devido ao aumento com Aluguel de EILD 2MB.

**Outros:** atingiu R\$398,0 milhões no 1S06, apresentando um decréscimo de R\$9,5 milhões ou 2,3%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, justificada principalmente pela queda na comercialização de modem, que não é mais realizada pela Telesp, pela menor utilização dos serviços 0800 e outros serviços adicionais realizados pela subsidiária A. Telecom, contrabalançados parcialmente pelo aumento da receita de serviço de linha inteligente (serviços adicionais à telefonia fixa) e pelo aumento nos planos de manutenção de rede interna realizada pela A. Telecom. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos uma redução de R\$25,8 milhões ou 11,8%, justificados pelos mesmos motivos citados acima.

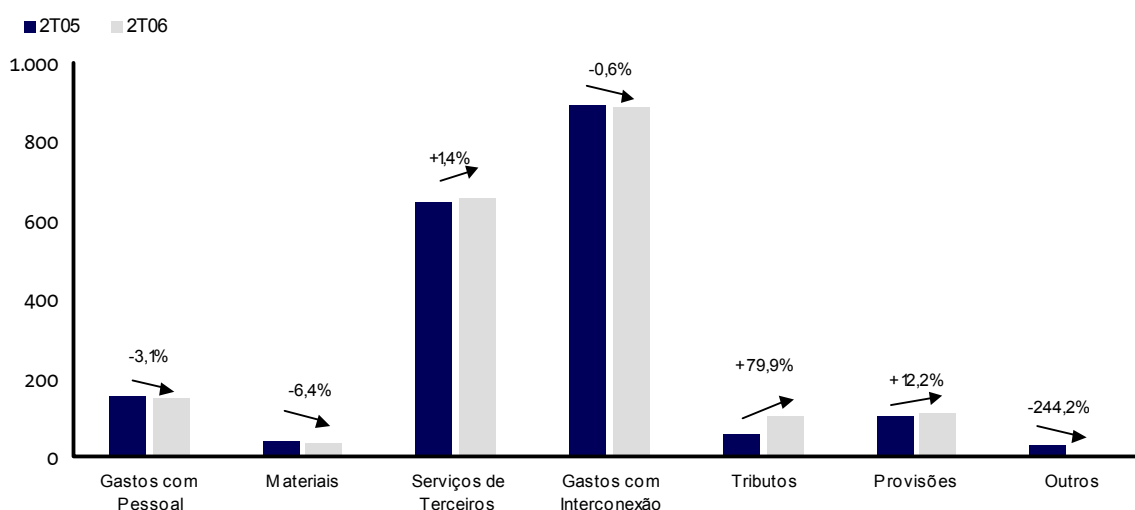
## DESTAQUES DOS GASTOS OPERACIONAIS

Os gastos operacionais acumulados até junho de 2006 foram de R\$3.897,3 milhões e quando comparados ao mesmo período do ano anterior, cresceram R\$120,6 milhões, ou 3,2%. Quando comparamos 2T06 x 2T05, houve uma redução de R\$19,7 milhões ou 1,0%.

### EVOLUÇÃO DOS ITENS DE GASTOS OPERACIONAIS DE 1S05 PARA 1S06 (R\$ Milhões)



### EVOLUÇÃO DOS ITENS DE GASTOS OPERACIONAIS DE 2T05 PARA 2T06 (R\$ Milhões)



As variações são explicadas pelos itens a seguir:

**Gastos com pessoal** atingiram R\$351,2 milhões no 1S06, um acréscimo de R\$56,9 milhões ou 19,3% quando comparados com o mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao reajuste salarial ocorrido em set/05, ao Plano Desligamento Incentivado (PDI) aberto em fevereiro de 2006 e ao aumento do quadro funcional devido à internalização de serviços de administração de sistemas que antes eram terceirizados. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos um decréscimo de R\$4,8 milhões ou 3,1% justificados principalmente pelos efeitos do Plano de Desligamento Incentivado ocorrido no 1T06.

**Gastos com administração**, atingiram R\$3.284,4 milhões no 1S06, apresentando um crescimento de R\$42,4 milhões ou 1,3% quando comparados ao mesmo período do ano anterior. Quando comparamos 2T06 com 2T05, observamos uma redução de R\$13,0 milhões ou 0,8%. A redução dos gastos com manutenção em 2006 é fruto dos esforços gerados pelo grupo Telefônica na modernização das centrais telefônicas ocorrido nos últimos anos.

Dentre os principais motivos, são destaques:

**Materiais** atingiram R\$66,7 milhões no 1S06, apresentando uma redução de R\$2,2 milhões ou 3,1% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, causado principalmente pela redução dos Custos das Mercadorias Vendidas e pela redução nos gastos com materiais de manutenção da planta produtiva, contrabalançados parcialmente pelo aumento de gastos com materiais referentes aos cartões de telefonia pública e residencial. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos uma redução de R\$2,4 milhões ou 6,4% devido aos mesmos motivos citados acima.

**Serviços prestados por terceiros**, atingiram R\$1.305,7 milhões no 1S06, apresentando um aumento de R\$10,9 milhões ou 0,8% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao aumento dos gastos com serviços de atenção ao cliente, à manutenção de terminais de telefonia pública, aos gastos com sistemas e com serviços relacionados ao Speedy, contrabalançados parcialmente pela redução de gastos relacionados com o provimento de internet banda estreita, nos gastos com manutenção de sistemas de internet e nos gastos com jurídico. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos um aumento de R\$9,1 milhões ou 1,4%, devido aos mesmos motivos citados acima.

**Gastos com interconexão** atingiram R\$1.792,0 milhões no 1S06 e quando comparado com o mesmo período de 2005 cresceram R\$48,4 milhões ou 2,8% principalmente em função do aumento do tráfego fixo-móvel em decorrência do aumento da planta móvel, reajuste de 4,5% na VUM em jun/05 (VC1) e em mar/06 (VC2 e VC3), parcialmente contrabalançados pelas novas regras de interconexão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2006, onde os valores máximos das tarifas de uso de rede local (TU-RL) e interurbana (TU-RIU) foram alterados, pelo reajuste negativo de 13,3% na tarifa de uso de rede local (TU-RL), ocorrido em jun/05, pela redução de transporte com terminação fixa e pela redução do transporte móvel. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos uma redução de R\$5,6 milhões ou 0,6%, motivado pelas novas regras de interconexão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2006, pelo realinhamento tarifário negativo da TU-RL, pela redução de transporte de terceiros com terminação móvel, contrabalançado parcialmente pelo reajuste da VUM (VC1, VC2 e VC3).

**Outros** atingiram R\$120,0 milhões no 1S06, apresentando uma redução de R\$14,7 milhões ou 10,9% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, principalmente pela redução dos aluguéis de infra-estrutura e dos aluguéis de prédios administrativos, contrabalançado parcialmente pelo reajuste no preço dos aluguéis de postes. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos uma redução de R\$14,1 milhões ou 19,5%, devido à redução de gastos de aluguel com exploração de linha dedicada e de infra-estrutura, contrabalançado parcialmente pelo reajuste no preço dos aluguéis de postes.

**Tributos** no 1S06 atingiram R\$202,8 milhões, e quando comparado ao mesmo período do ano anterior, apresentaram um acréscimo de R\$82,9 milhões ou 69,1% em função, principalmente, da renovação do contrato de concessão aprovado em Dezembro de 2005, com validade até Dezembro de 2025, que determina à concessionária o pagamento, a cada dois anos durante o novo período de concessão, de uma taxa correspondente a 2% das receitas com o STFC, do ano anterior, líquida de impostos e

contribuições sociais incidentes. Quando comparamos o 2T06 x 2T05, observamos um acréscimo de R\$45,8 milhões ou 79,9%, devido aos mesmos motivos citados acima.

**Provisões** no 1S06 atingiram R\$217,1 milhões, apresentando um crescimento de R\$24,7 milhões ou 12,8% quando comparados ao mesmo período do ano anterior, o que representa 3,0% da receita operacional líquida (2,8% no mesmo período do ano anterior). Quando comparamos o 2T06 x 2T05, observamos um aumento de R\$12,2 milhões ou 12,2%. No 2T06 esta provisão representou 3,1% da receita operacional líquida (2,8% no mesmo período do ano anterior). Para manter tais índices de provisão sob controle, a empresa utiliza esforços de cobrança, recuperação de dívidas e oferece produtos mais adequados aos diferentes segmentos de mercado, tais como os novos planos alternativos.

**Ganho (Perda) com Investimentos**, no 1S06 não apresentou um resultado significativo, enquanto que no mesmo período de 2005, apresentou um resultado negativo de R\$16,2 milhões, motivado pelo efeito de variação cambial na equivalência patrimonial da subsidiária Aliança Atlântica. Quando comparamos o 2T06 com o 2T05, observamos uma variação positiva de R\$15,6 milhões, devido ao mesmo motivo citado acima.

**Outras receitas (despesas) operacionais** no 1S06 apresentaram uma variação líquida positiva de R\$70,1 milhões ou 79,6% em relação ao mesmo período de 2005. Tal comportamento deve-se à recuperação de despesas de exercícios anteriores (principalmente PIS e Cofins sobre insumos), recuperação de despesas com danos na rede, recuperação de contas telefônicas que já tinham sido baixadas como perda, ganho com venda de material de almoxarifado, contrabalançado parcialmente pelo aumento das contingências cíveis. Quando comparamos o 2T06 x 2T05, observamos uma variação positiva de R\$44,4 milhões ou 80,5% devido aos mesmos motivos citados acima, além do estorno de contingências tributárias em função de julgamento favorável à empresa.

## OUTROS DESTAQUES

**Depreciação** no 1S06 sofreu uma redução de R\$45,3 milhões ou 3,3% quando comparado ao mesmo período de 2005, motivado principalmente pela adequação dos níveis de CAPEX após o cumprimento das metas de universalização e pelo término da amortização do ágio sobre aquisição da CETERP, que vinha sofrendo amortização mensal de R\$2,7 milhões, tendo sua última realização em Novembro de 2005. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos uma redução de R\$24,5 milhões ou 3,6%, pelos mesmos motivos citados acima.

**Receitas (despesas) financeiras operacionais:** o resultado financeiro melhorou em R\$83,1 milhões no comparativo 1S06 x 1S05, devido ao aumento do volume médio de aplicações financeiras (CDB) e à redução na deliberação de Juros Sobre Capital Próprio no período, contrabalançado parcialmente pelo aumento de atualização monetária com contingências. No comparativo 2T06 x 2T05, o resultado financeiro líquido melhorou em R\$66,3 milhões, devido aos mesmos motivos citados acima. O endividamento bruto e o resultado dos passivos de empréstimos, financiamentos e compromissos de compra em moeda estrangeira da Sociedade são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio. Em 30 de junho de 2006, 30,61% (33,12% em 31 de março de 2006) da dívida financeira era denominada em moeda estrangeira (dólar norte-americano e iene), sendo que 99,67% do endividamento (99,58% em 31 de março de 2006) era coberto por posições ativas de operações de “hedge” cambial (“swap” para CDI). Os ganhos ou perdas das operações para cobertura do endividamento financeiro estão registrados na demonstração de resultado. Em 30 de junho de 2006, as operações de derivativos geraram um resultado negativo líquido consolidado de R\$101,4 milhões, tendo sido registrado um passivo em 30 de junho de 2006 de R\$279,1 milhões para reconhecer a perda temporária existente. Por serem operações de cobertura, parte do resultado negativo líquido consolidado de R\$101,4 milhões com derivativos é compensado pela receita de variação cambial das dívidas, no valor de R\$45,8 milhões.

**Receitas (despesas) não operacionais** no 1S06 apresentaram resultado positivo de R\$6,8 milhões e quando comparado com o mesmo período do ano anterior, apresenta uma redução de R\$22,3 milhões ou 76,6%, devido à perda líquida com venda de imobilizado e a menores créditos provenientes de arrecadação não identificada e não reclamada. Quando comparamos 2T06 x 2T05, observamos uma redução de R\$19,5 milhões devido aos mesmos motivos citados acima.

**Empréstimos e financiamentos:** Em 30 de junho de 2006, a Sociedade tinha R\$669,4 milhões (R\$753,9 milhões em 31 de março de 2006) em empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, dos quais R\$339,1 milhões (R\$432,7 milhões em 31 de março de 2006) captados a taxas de juros fixas e R\$330,4 milhões (R\$321,2 milhões em 31 de março de 2006) captados a taxas de juros variáveis (Libor). Para cobrir o risco cambial e de taxas de juros variáveis externas (Libor) dessas dívidas em moeda estrangeira, a Sociedade contratou operações de “hedge” de modo a atrelar essas dívidas à moeda local, com taxas de juros flutuantes indexadas ao CDI, fazendo com que o resultado financeiro da Sociedade seja afetado por oscilações nessa taxa. Compõe também a posição de empréstimos e financiamentos o valor de debêntures emitidas em 2004, com remuneração baseada na variação do CDI, de R\$1.517,5 milhões (R\$1.521,1 milhões em 31 de março de 2006). Por outro lado, a Sociedade investe o excesso de disponibilidade (aplicações financeiras) de R\$265,0 milhões (R\$1.128,4 milhões em 31 de março de 2006), principalmente em instrumentos de curto prazo, baseados na variação do CDI, o que contribui para reduzir esse risco. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis em curto prazo.

Em 30 de junho de 2006, a Sociedade possuía operações de “swap” – CDI x pré para cobrir parcialmente as flutuações nas taxas de juros internas. As operações cobertas têm seu vencimento em janeiro de 2007, e totalizavam R\$771,3 milhões (R\$540,4 milhões em 31 de março de 2006). Estas operações de derivativos geraram um resultado positivo líquido consolidado de R\$1,3 milhão, sendo que esse ganho temporário foi registrado no passivo para abater a perda temporária de derivativos.

## EVENTOS SOCIETÁRIOS

### COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

POSIÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 2006

Telesp	Ordinárias	Preferenciais	Total
Grupo Controlador	140.040.859 <i>85,36%</i>	291.819.561 <i>88,98%</i>	431.860.420 <i>87,77%</i>
Minoritários	24.020.839 <i>14,64%</i>	36.148.632 <i>11,02%</i>	60.169.471 <i>12,23%</i>
Número total de ações	164.061.698	327.968.193	492.029.891

OBS: Processo de Grupamento encerrado em 24/06/05, negociação unitária à partir de 27/06/05.

Capital subscrito/integralizado - R\$ mil (31/03/06): 5.978.074

Valor patrimonial por ação (R\$): 20,54

Capital subscrito/integralizado - R\$ mil (30/06/06): 5.978.074

**Debêntures** - Em 03 de setembro de 2004, a Sociedade anunciou um Programa de Distribuição de Valores Mobiliários (“Programa”) e a efetivação, no âmbito do Programa, da Primeira Emissão de Debêntures da Telesp (“Oferta”).

A Oferta consistiu na emissão de 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária (“Debêntures”), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) totalizando o montante de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), em série única, com vencimento final em 01 de setembro de 2010 (seis anos). As debêntures rendem juros com pagamentos trimestrais, correspondentes a 103,5% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

A remuneração das debêntures tem previsão de repactuação em 01 de setembro de 2007. Conservadoramente, a Sociedade incluiu no cronograma consolidado de vencimento de longo prazo acima, o principal das debêntures no ano de 2007, data da repactuação da remuneração.

**Aquisição da Atrium** – Em 24 de dezembro de 2004, a Sociedade adquiriu o controle da Santo Genovese Participações Ltda., controladora da Atrium Telecomunicações Ltda. (“Atrium”), sociedade voltada ao gerenciamento da prestação de serviços de telecomunicações. A Santo Genovese Participações Ltda. (“Santo Genovese”), é uma empresa holding que possui, como único ativo, as cotas representativas de 99,99% do capital social da Atrium. O valor da aquisição foi estabelecido em R\$113,4 milhões. A operação permitiu ampliar a oferta ao mercado nacional de serviços de maior valor agregado, através do gerenciamento da prestação de serviços de telecomunicações.

**Grupamento de ações** - Em 22 de fevereiro de 2005, a Sociedade, representada pelo Conselho de Administração, em cumprimento à Instrução CVM 358, de 03/01/2002, publicou fato relevante e em 11 de maio de 2005 submeteu à Assembléia Geral Extraordinária (AGE), a proposta de grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Sociedade, conforme previsto no artigo 12 da Lei 6.404, de 15/12/1976.

Foi aprovada, por unanimidade de votos dos acionistas presentes na referida AGE, a proposta de grupamento da totalidade das antigas 165.320.206.602 ações ordinárias e 328.272.072.739 ações preferenciais representativas do capital social da Sociedade, conforme previsto no artigo 12 da Lei 6.404/76, na proporção de 1.000 ações existentes para 1 ação da respectiva espécie, sem redução do

capital social, passando para 493.592.278 ações, das quais 165.320.206 ações ordinárias e 328.272.072 ações preferenciais e o limite do capital autorizado passou a ser de 700.000.000 ações, ordinárias ou preferenciais.

Foi concedido aos acionistas da Sociedade, o prazo de 12 de maio de 2005 até 24 de junho de 2005 para que estes, a seu livre e exclusivo critério, ajustassem suas posições acionárias, por espécies, em lotes múltiplos de 1.000 ações, mediante negociação por meio de sociedades corretoras autorizadas a operar pela BOVESPA, bem como para que pudessem ser tomadas as medidas cabíveis junto à Securities and Exchange Commission – SEC. A partir de 27 de junho de 2005, as ações representativas do capital social da Sociedade passaram a ser negociadas exclusivamente grupadas e por cotação unitária.

As ações resultantes das frações remanescentes do grupamento foram integralmente vendidas em leilão na BOVESPA, no dia 15 de julho de 2005. Os valores líquidos apurados com a alienação das ações no leilão foram disponibilizados em nome do respectivo acionista, após a liquidação do leilão, conforme fato relevante publicado dia 21 de julho de 2005.

A partir de 27 de junho de 2005, cada ADR passou a representar 1 (uma) ação preferencial.

**Reestruturação Societária** – conforme fato relevante publicado em 22 de novembro de 2005, o Conselho de Administração da Sociedade, em reunião realizada no dia 21 de novembro de 2005, aprovou proposta que visa à reestruturação societária envolvendo suas controladas A.Telecom S.A. (ex Assist), Santo Genovese Participações Ltda. e Atrium Telecomunicações Ltda.

Em 01 de março de 2006, a Telesp aprovou a proposta de incorporação da Santo Genovese pela A. Telecom, iniciando a reestruturação societária envolvendo suas controladas A.Telecom S.A (ex- Assist Telefônica S.A.), Santo Genovese Participações Ltda e Atrium Telecomunicações Ltda, sendo que essa incorporação implicou na substituição das quotas da Santo Genovese, detidas pela Telesp, por ações emitidas pela A.Telecom e totalmente atribuídas à Sociedade em substituição ao investimento detido na Santo Genovese. A Incorporação do patrimônio da Santo Genovese gerou aumento de capital na A.Telecom no valor de R\$17,0 milhões.

**JSCP - Em 12 de dezembro de 2005**, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, “ad referendum” da Assembléia Geral de Acionistas, o crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício social de 2005, no montante de R\$380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de reais) com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$323.000.000,00, aos acionistas inscritos nos registros da Sociedade ao final do dia 30 de dezembro de 2005, que foram pagos a partir do dia 26 de junho de 2006.

#### JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2005

(Valor por ação - R\$)

	Pessoas Jurídicas Imunes ou Isentas	Imposto de Renda na Fonte (15%)	Pessoas Jurídicas e Físicas
Ações Ordinárias	0,724048	0,108607	0,615441
Ações Preferenciais (*)	0,796453	0,119468	0,676985

(\*) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme art. 7º do Estatuto Social da Sociedade.

**Em 09 de março de 2006**, em Assembléia Geral Extraordinária de acionistas, foi aprovado por unanimidade de votos o cancelamento de 1.562.387 ações de emissão da própria Sociedade mantidas em tesouraria, sendo 1.258.508 ações ordinárias e 303.879 ações preferenciais, resultantes do processo de grupamento de ações do capital social da Telesp ocorrido no ano 2005, as quais foram adquiridas pela Sociedade em leilão realizado na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA em 15 de julho de 2005.

**Em 09 de março de 2006**, os Conselhos de Administração da Telesp e Telefônica Data Brasil Holding S/A. (TDBH), ambas sob controle do Grupo Telefônica, aprovaram a proposta de reestruturação das atividades de Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”) da Telefônica Empresas S.A. e Telesp. A operação contempla as seguintes etapas:

- (i) a incorporação da TDBH pela Telesp, recebendo os acionistas da TDBH ações da Telesp de acordo com a relação de troca anunciada. Com esta operação, a Telefônica Empresas S.A. tornar-se-á subsidiária integral da Telesp. A Telesp sucederá a TDBH em todos os seus direitos e obrigações; e
- (ii) cisão parcial da Telefônica Empresas, com transferência para a Telesp dos ativos e atividades de SCM nas regiões em que tal serviço já é prestado pela Telesp.

A reestruturação resultará nos seguintes benefícios para as Companhias e seus respectivos acionistas:

- (i) Maior eficiência administrativa, comercial, operacional, fiscal e financeira no que se refere às operações de transmissão de dados desenvolvidas pela Telefônica Empresas, pela A. Telecom e pela Telesp;
- (ii) Aumento de liquidez das ações, principalmente para os acionistas da TDBH, mas também para os acionistas da Telesp; e
- (iii) Redução de custos com a concentração das atividades de todas as empresas sob apenas uma companhia de capital aberto, a Telesp.

Em 28 de abril de 2006 foram realizadas as Asembléias Gerais Extraordinárias das Companhias que aprovaram:

- (a) a incorporação da TDBH pela Telesp; e
- (b) a cisão parcial da Telefônica Empresas com versão da parcela do patrimônio líquido cindido à Telesp.

Em razão da liminar obtida em medida cautelar proposta contra a TDBH perante a 14ª. Vara Cível do Foro Central da Capital do Estado de São Paulo, por acionistas representados por Hedging-Griffo Corretora de Valores, S.A., a realização da Assembléia Geral da TDBH foi autorizada pelo Poder Judiciário. Porém, seus efeitos se encontram temporariamente suspensos até que a citada decisão seja reapreciada pelo Desembargador Relator do Agravo de Instrumento 448.590-4/3 em trâmite perante a 10ª. Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A documentação completa da operação foi colocada à disposição do público em geral nas sedes das Companhias e através do site da CVM.

**Dividendos Intermediários - Em 23 de maio de 2006**, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, “ad referendum” da Assembléia Geral Ordinária de 2007, o crédito de dividendos intermediários com base nos lucros acumulados existentes no último balanço anual da Companhia, de 31/12/2005 e nos lucros do balanço do 1º trimestre encerrado em 31/03/2006, no montante de R\$1.169.604.000,00, conforme descrito nos itens (a) e (b) abaixo, que demonstram a proporcionalidade da alocação do valor às ações da Telesp e da TDBH

**(a) Ações da Telesp :** Declaração de Dividendos Intermediários no montante de R\$1.136.783.848,64, conforme tabela abaixo:

#### DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2006

(Valor por ação - R\$)

	Ordinárias	Preferenciais (*)
Valor por ação - R\$	2,166017	2,382619

(\*) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme art. 7º do Estatuto Social da Sociedade.

Esses dividendos foram atribuídos aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia no final do dia 23 de maio de 2006. Após esta data, as ações foram consideradas ex-dividendos. O pagamento desses dividendos foi realizado a partir do dia 26 de junho de 2006.

**(b) Ações da TDBH:** Declaração de dividendos intermediários no montante de R\$32.820.151,36, valor este pertinente às ações da Telesp que serão emitidas quando da incorporação da TDBH, que ficará temporariamente provisionado nos livros da Telesp e não será pago até que a suspensão da incorporação da TDBH seja decidida.

**JSCP - Em 23 de maio de 2006**, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, “ad referendum” da Assembléia Geral Ordinária de 2007, o crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício social de 2006, no montante de R\$290.000.000,00 com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$246.500.000,00, de acordo com o discriminado nos itens (a) e (b) abaixo, que demonstram a proporcionalidade da alocação do valor acima às ações da Telesp e da TDBH.

**(a) Ações da Telesp:** declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$281.862.336,40, com retenção de Imposto de Renda na Fonte à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$239.582.985,94, conforme tabela abaixo:

#### JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2006

(Valor por ação - R\$)

	Pessoas Jurídicas Imunes ou Isentas	Imposto de Renda na Fonte (15%)	Pessoas Jurídicas e Físicas
Ações Ordinárias	0,537057	0,080558	0,456499
Ações Preferenciais (*)	0,590763	0,088614	0,502149

(\*) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme art. 7º do Estatuto Social da Sociedade.

O pagamento desses juros foi realizado a partir do dia 26 de junho de 2006. O crédito correspondente foi feito nos registros contábeis da Sociedade em 23 de maio de 2006, de forma individualizada a cada acionista, com base na posição acionária ao final do dia 23 de maio de 2006. A partir de 24 de maio de 2006, as ações foram consideradas “ex-Juros Sobre Capital Próprio”.

**(b) Ações da TDBH:** Declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$8.137.663,60, com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$6.917.014,06, valor este pertinente às ações da Telesp que serão emitidas quando da incorporação da TDBH e ficará temporariamente provisionado nos livros da Telesp e não será pago até que a suspensão da incorporação da TDBH seja decidida.

Quanto aos Dividendos e JSCP dos acionistas da TDBH (Telefônica Internacional S.A., Telefônica Data do Brasil Ltda. e minoritários) ficarão temporariamente provisionados nos livros da Sociedade e não serão pagos até que a suspensão da incorporação da TDBH seja decidida pelo Poder Judiciário e desde que essa decisão ocorra no prazo máximo de 180 dias a contar de 23 de maio de 2006. Assim sendo:

- (a) Caso seja confirmada dentro do prazo máximo de 180 dias a contar de 23 de maio de 2006, os acionistas da TDBH (futuros acionistas da Telesp), serão comunicados da data de pagamento dos valores ora provisionados.
- (b) Caso a decisão do Poder Judiciário seja desfavorável à confirmação da incorporação ou não ocorra, essa parcela dos JSCP e dividendos ora provisionada será atribuída às ações representativas do capital social da Sociedade.
- (c) Estes dividendos e JSCP serão atribuídos aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da TDBH ou TELESP na data base a ser comunicada ao mercado em aviso aos acionistas a ser oportunamente divulgado.

## NOTAS ADICIONAIS

**Deliberação CVM 371** – contabilização de planos de benefícios pós-aposentadoria. A Sociedade registrou os passivos atuariais conforme previsto na Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. A avaliação atuarial dos planos foi efetuada em dezembro de 2005 e 2004, com base no cadastro dos participantes de novembro de 2005 e setembro de 2004, respectivamente, tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado e reconhecidos imediatamente os ganhos e perdas atuariais de cada exercício. Os ativos dos planos estavam posicionados em 30 de novembro de 2005 e 2004, respectivamente, sendo que para os planos multipatrocinaados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano. O valor total da obrigação reconhecida até 30 de junho de 2006 foi de R\$47,0 milhões.

**Incremento das Tarifas Fixo-Móvel – Em 08 de junho de 2005**, por meio do Ato nº 50.895, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL homologou o reajuste dos valores das chamadas destinadas ao Serviço Móvel Pessoal – SMP, com variação de 7,99% para a modalidade VC1, em toda a área de concessão da TELESP, setores 31,32 e 34 da Região III. O reajuste das chamadas VC1 entrou em vigor a partir do dia 12 de junho de 2005. Na mesma data, a Anatel aprovou o reajuste da tarifa de interconexão fixo móvel (VUM), relativa à VC1 em 4,5%.

**Incremento das Tarifas Fixo-Fixo – Em 30 de junho de 2005**, por meio dos Atos 51.300 e 51.301, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL homologou o reajuste tarifário do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 03 de julho de 2005. Os incrementos médios foram os seguintes: Local: 7,27%; Longa Distância: 2,94%; Tarifa de Uso da Rede Local - TU-RL: (-13,32%); Tarifa de Uso da Rede Inter-Urbana - TU-RIU: 2,94%.

**Incremento das Tarifas Fixo-Móvel – Em 28 de março de 2006**, por meio do Ato 57.109, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL homologou o reajuste de 7,99% para as tarifas das chamadas de longa distância entre telefones fixos e telefones móveis (VC2 e VC3) em toda a área de concessão da TELESP, setores 31, 32 e 34 da Região III. Na mesma data, a Anatel aprovou o reajuste da tarifa de interconexão fixo-móvel (VUM), relativas à VC2 e VC3 em 4,5%. Os reajustes entraram em vigor a partir do dia 31 de março de 2006.

**Introdução do Acesso Individual de Classe Especial (AICE) - Lançado em 01 de julho de 2006**, esta é uma linha do plano básico local, pré-paga, para uso exclusivo residencial. A partir da sua instalação, o AICE deve ser o único acesso do STFC no domicílio. Esta linha não dá direito a franquia e não há modulação horária. O Prazo para a instalação é de 30 dias, contados da solicitação. Conforme regulamentação, a partir de 1º de julho de 2006, esta linha será disponibilizada nas localidades com mais de 500.000 habitantes em nossa área de Concessão. A partir de 01 de janeiro de 2007 devem ser atendidas localidades com mais de 300.000 habitantes, a partir de 01 de julho de 2007, localidades com mais de 100.000 habitantes e a partir de 01 de janeiro de 2008, todas as localidades. A estrutura das tarifas é a seguinte:

- Assinatura: corresponde a 60% do valor da assinatura da linha residencial clássica, ou seja R\$22,78;
- Minuto Local: é o mesmo valor do plano básico da linha clássica, ou seja R\$0,09557;
- Tarifa de Completação de Chamada: R\$0,19114 para todas as chamadas, o que corresponde ao valor de 2 minutos;
- Habilitação / Mudança de Endereço: corresponde aos mesmos valores do plano básico da linha clássica, ou seja R\$106,81;

**Incremento das Tarifas Fixo-Fixo - Em 10 de julho de 2006 e 14 de julho de 2006**, por meio dos Atos 59.517 e 59.665, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL homologou os percentuais para o reajuste tarifário do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 14 de julho de 2006 para Local e a partir de 20 de Julho de 2006, para Longa Distância Nacional. Os incrementos médios das cestas de tarifas foram os seguintes:

Local: -0,38%

Longa Distância: -2,73%

As novas tarifas que entraram em vigor (impostos inclusos) são as seguintes:

**Serviço Local:**

Habilitação: R\$88,01

Assinatura Residencial: R\$37,98

Assinatura não residencial e Tronco: R\$65,12

Pulso Local: R\$0,14672

Crédito de Telefone Público: R\$0,116

**Longa Distância Nacional:**

Minuto D1 (até 50km): R\$0,143

Minuto D2 (50 a 100 km): R\$0,221

Minuto D3 (100 a 300 km): R\$0,310

Minuto D4 (acima de 300 km): R\$0,414

**Tarifas de Interconexão:**

TU-RL: R\$0,035

TU-RIU: R\$0,10185 (média dos 4 horários)

## RESUMO HISTÓRICO

Telecomunicações de São Paulo S/A - TELESP desde 30 de novembro de 1999 (devido à reestruturação societária) é a nova denominação da Telesp Participações S/A., uma corporação organizada sob as leis da República Federativa do Brasil, formada a partir da cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A., em 22 de maio de 1998. A TELESP é a principal provedora de serviços públicos de telecomunicações de linha fixa no estado de São Paulo. Em 29 de julho de 1998, o governo brasileiro privatizou a Sociedade, vendendo as ações de controle da TELESP PARTICIPAÇÕES.

A Telecomunicações de São Paulo S/A - TELESP adquiriu, em dezembro de 1999, participação acionária nas Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto S/A - CETERP. As operações celulares foram alienadas.

Em 30 de junho de 2000, foi concluída a oferta pública de troca das ações em circulação da Sociedade por BDR's (Brazilian Depositary Receipts) representativos das ações da Telefônica, S.A.

Em 03 de agosto de 2000, foi constituída a subsidiária integral Telefônica Empresas S.A., tendo como objeto social a prestação dos serviços de rede comutada por pacote. Em 24 de novembro de 2000, a Sociedade integralizou aumento de capital na sua subsidiária integral em moeda corrente e através da conferência de bens dos ativos relacionados ao serviço de rede comutada por pacote, incluindo a transferência da autorização do direito desse serviço.

Em 30 de janeiro de 2001, foi constituída a Telefônica Data Brasil Holding S.A., resultante de cisão parcial de acervo líquido da Sociedade. Esse acervo era representado pelo investimento na controlada integral Telefônica Empresas S.A. e valores a receber. O objetivo da constituição da Telefônica Data Brasil Holding S.A. foi a segregação das atividades operacionais relacionadas ao serviço de rede comutada por pacotes, devido à reestruturação administrativa e operacional que ocorreu no ano 2000.

Os negócios, serviços e tarifas da TELESP são regulamentados pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) desde 16 de junho de 1997, de acordo com decretos, decisões, planos e medidas regulatórias.

A TELESP foi a primeira empresa a entregar a documentação correspondente às metas da ANATEL, que já concedeu a licença que permite operar tráfego telefônico de longa distância nacional e internacional no Brasil. A licença autoriza também a TELESP a oferecer serviços de telefonia local fora de sua área de concessão (São Paulo) e atuar, assim, em todo o país.

Os serviços de Longa Distância Internacional começaram a ser ofertados em 07 de maio de 2002 enquanto que neste período a prestação dos serviços de Longa Distância Nacional esteve impedida por força de liminar. Pelas mesmas razões, os serviços de Longa Distância Nacional começaram a ser ofertados de forma regular em 29 de julho de 2002.

O Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, em sua 240ª reunião, realizada em 29 de janeiro de 2003, concedeu à Telecomunicações de São Paulo, S.A. - Telesp autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) em todo território nacional, com intuito de oferecer serviços de voz e dados através de pontos de presença, compostos de redes e circuitos de telecomunicações.

Em 06 de julho de 2003, as operadoras de telefonia móvel passaram a implantar o Código de Seleção de Prestadora (CSP) com o qual o cliente passa a escolher a prestadora de longa distância nacional (VP2 e VP3) e internacional, segundo regras do Serviço Móvel Pessoal - SMP. A Sociedade passou a reconhecer as receitas destes serviços, em contrapartida, passou a remunerar as operadoras de telefonia móvel pelo uso de suas redes.

Em 04 de setembro de 2004, foram implementadas as regras estipuladas na Resolução nº 373, de 03 de junho de 2004 da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que tratou da reconfiguração das áreas locais para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC. Como consequência, todas as chamadas anteriormente tarifadas como de longa distância nacional com degrau DC - Áreas Conurbadas - passaram a ser tarifadas como chamadas locais. Em São Paulo, essa alteração envolveu 53 municípios, sendo 39 deles na Grande São Paulo.

Em 04 de dezembro de 2004, foi implementada a fase II das regras estipuladas na Resolução nº 373, de 03 de junho de 2004, da Anatel. Essa alteração envolveu 25 municípios, distribuídos em 9 grupos distintos, nos quais os municípios elencados em cada grupo passaram a ser tarifados como chamada local no relacionamento entre si. Anteriormente, essas chamadas eram tarifadas como longa distância nacional, degraus 1 e 2.

Em 24 de dezembro de 2004, a Sociedade adquiriu controle da Santo Genovese Participações Ltda., controladora da Atrium Telecomunicações Ltda. ("Atrium"), sociedade voltada ao gerenciamento da prestação de serviços de telecomunicações. A operação permitiu ampliar a oferta ao mercado nacional de serviços de maior valor agregado, através do gerenciamento da prestação de serviços de telecomunicações.

Em 31 de dezembro de 2005 expirou o contrato de concessão do STFC. Este contrato de concessão foi prorrogado, em 22 de dezembro de 2005, por um período de 20 anos, podendo ser alterado em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020. Esta condição permite à Anatel estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e para qualidade, tendo em vista as condições vigentes à época.

A cada 2 anos, durante 20 anos do novo período do Contrato de Concessão, as empresas de regime público deverão pagar uma taxa de renovação equivalente a 2% da receita do STFC, do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes.

A partir de 2006, a Sociedade vem provisionando a taxa de renovação da concessão pelo regime de competência. Excepcionalmente, o primeiro pagamento desta taxa bianual ocorrerá em abril de 2007 com base nas receitas líquidas de 2006. Considerando que a taxa se refere a dois exercícios, a Sociedade reconhecerá como custo dos serviços prestados 1% da receita líquida anual de cada exercício.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 30 DE JUNHO DE 2005

CONSOLIDADOS

*Dados não auditados (Milhões de reais)*

	Janeiro - Junho			Abril- Junho		
	2006	2005	% VAR	2006	2005	% VAR
Receita Operacional Bruta	10.205,7	9.770,6	4,5	5.094,8	4.989,5	2,1
Assinatura	2.830,8	2.756,2	2,7	1.419,1	1.375,8	3,1
Habilitação	56,4	41,4	36,2	30,1	24,2	24,7
Serviço local	1.591,8	1.511,3	5,3	780,4	783,9	(0,4)
LDN	1.528,2	1.566,1	(2,4)	739,8	796,9	(7,2)
Intra-área de concessão	1.038,9	1.084,2	(4,2)	501,6	550,6	(8,9)
Inter-área de concessão	489,4	481,9	1,5	238,2	246,2	(3,3)
Receita inter-redes (fixo x móvel)	2.203,2	2.025,6	8,8	1.116,8	1.037,9	7,6
LDI	82,0	72,0	13,9	40,2	39,1	2,7
Uso da rede	272,0	381,2	(28,7)	135,3	200,3	(32,5)
Telefonia pública	259,6	210,2	23,5	137,8	104,7	31,6
Transmissão de Dados	784,0	603,5	29,9	402,7	318,3	26,5
Cessão de Meios	199,8	195,5	2,2	100,7	90,7	11,1
Outros	398,0	407,4	(2,3)	192,0	217,7	(11,8)
Deduções	(2.980,5)	(2.852,6)	4,5	(1.487,4)	(1.456,4)	2,1
Receita operacional líquida	7.225,2	6.918,0	4,4	3.607,4	3.533,1	2,1
Gastos operacionais	(3.897,3)	(3.776,7)	3,2	(1.902,7)	(1.922,4)	(1,0)
Gastos com pessoal	(351,2)	(294,3)	19,3	(147,9)	(152,6)	(3,1)
Gastos com administração	(3.284,4)	(3.242,0)	1,3	(1.641,6)	(1.654,7)	(0,8)
Materiais	(66,7)	(68,9)	(3,1)	(34,7)	(37,1)	(6,4)
Serviços de terceiros	(1.305,7)	(1.294,8)	0,8	(658,0)	(648,9)	1,4
Gastos com interconexão	(1.792,0)	(1.743,6)	2,8	(890,4)	(896,0)	(0,6)
Outros	(120,0)	(134,7)	(10,9)	(58,5)	(72,6)	(19,5)
Tributos	(202,8)	(120,0)	69,1	(103,2)	(57,4)	79,9
Provisões	(217,1)	(192,4)	12,8	(112,2)	(100,0)	12,2
Ganho (perda) com investimentos	(0,0)	(16,2)	(100,0)	2,7	(12,9)	(121,1)
Outras receitas (despesas) operacionais	158,3	88,1	79,6	99,5	55,1	80,5
Resultado antes da depreciação/amortização e receitas (despesas) financeiras - EBITDA	3.327,9	3.141,4	5,9	1.704,7	1.610,7	5,8
Depreciação e amortização do imob/diferido	(1.320,7)	(1.366,0)	(3,3)	(655,0)	(679,5)	(3,6)
Receitas financeiras operacionais	352,5	312,1	13,0	155,3	207,4	(25,1)
Despesas financeiras operacionais	(566,1)	(539,8)	4,9	(281,2)	(330,7)	(15,0)
Despesas financeiras - JSCP	(290,0)	(359,0)	(19,2)	(290,0)	(359,0)	(19,2)
Resultado operacional	1.503,6	1.188,7	26,5	633,7	448,9	41,2
Receitas (despesas) não operacionais	6,8	29,1	(76,6)	0,9	20,4	(95,6)
Resultado antes da tributação	1.510,4	1.217,8	24,0	634,6	469,3	35,2
Imposto de renda	(381,6)	(307,9)	23,9	(169,3)	(117,9)	43,6
Contribuição social	(137,7)	(111,3)	23,7	(61,2)	(42,8)	43,0
Resultado antes da reversão de juros sobre capital próprio	991,1	798,6	24,1	404,1	308,7	30,9
Reversão de juros sobre capital próprio	290,0	359,0	(19,2)	290,0	359,0	(19,2)
Resultado líquido	1.281,1	1.157,6	10,7	694,1	667,7	4,0

Obs: Para melhor apresentação da Receita Operacional junto ao mercado e ao órgão regulador (ANATEL), a sociedade efetuou reclassificações nos valores apresentados em junho de 2005.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 31 DE MARÇO DE 2006**  
**CONSOLIDADOS**

*Dados não auditados (Milhões de reais)*

ATIVO	JUNHO/2006	MARÇO/2006	% VAR
<b>Circulante</b>	<b>4.787,0</b>	<b>5.173,0</b>	<b>(7,5)</b>
Disponibilidades	265,0	1.128,4	(76,5)
Caixa e bancos	15,0	63,1	(76,2)
Aplicações com liquidez imediata	250,0	1.065,3	(76,5)
Contas a receber de serviços	3.660,5	3.481,4	5,1
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(604,9)	(594,6)	1,7
Tributos diferidos e a recuperar	1.164,8	882,4	32,0
Empréstimos e aplicações financeiras	2,9	4,6	(36,1)
Materiais de estoque e manutenção	77,4	78,1	(0,9)
Adiantamentos a recuperar	61,7	61,2	0,7
Créditos com empresas associadas	37,2	36,1	3,0
Outros ativos	122,4	95,4	28,3
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>1.120,2</b>	<b>1.119,3</b>	<b>0,1</b>
Tributos diferidos e a recuperar	517,7	480,1	7,8
Empréstimos e aplicações financeiras	11,0	10,4	5,7
Depósitos judiciais	483,4	529,6	(8,7)
Créditos com empresas associadas	21,3	10,7	99,9
Outros ativos	86,8	88,6	(2,0)
<b>Permanente</b>	<b>11.922,3</b>	<b>12.245,4</b>	<b>(2,6)</b>
Investimentos	247,6	247,9	(0,1)
Imobilizado	11.606,5	11.924,1	(2,7)
Diferido	68,3	73,5	(7,0)
<b>Total do ativo</b>	<b>17.829,6</b>	<b>18.537,7</b>	<b>(3,8)</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>	<b>4.429,0</b>	<b>4.569,3</b>	<b>(3,1)</b>
Empréstimos e financiamentos	120,1	217,4	(44,7)
Fornecedores	1.204,6	1.240,3	(2,9)
Consignações a favor de terceiros	166,2	173,2	(4,0)
Impostos, taxas e contribuições	1.452,4	1.167,7	24,4
Participação nos resultados	619,6	901,2	(31,2)
Provisão para contingências	71,2	69,5	2,5
Pessoal, encargos e benefícios sociais	163,2	122,7	33,0
Perdas temporárias em operações de derivativos	277,8	352,4	(21,2)
Obrigações com empresas associadas	56,8	68,3	(16,8)
Outras obrigações	297,1	256,6	15,8
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>3.273,2</b>	<b>3.158,0</b>	<b>3,6</b>
Empréstimos e financiamentos	2.066,8	2.059,0	0,4
Impostos, taxas e contribuições	21,3	22,0	(3,1)
Provisão para contingências	1.089,7	983,8	10,8
Obrigações com empresas associadas	17,4	12,7	37,4
Outras obrigações	77,8	80,5	(3,4)
Resultado de Exercícios Futuros	17,5	17,5	0,0
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10.108,3</b>	<b>10.791,3</b>	<b>(6,3)</b>
Capital social	5.978,1	5.978,1	0,0
Reservas de capital	2.687,2	2.687,1	0,0
Reservas de lucros	659,6	659,6	0,0
Lucros acumulados	783,6	1.466,6	(46,6)
Recursos capitalizáveis	1,6	1,6	0,0
<b>Total do passivo</b>	<b>17.829,6</b>	<b>18.537,7</b>	<b>(3,8)</b>

DADOS OPERACIONAIS  
DADOS CONSOLIDADOS

		Análise Acumulada			Análise Trimestral		
		JUNHO/06	JUNHO/05	% VAR	2T06	1T06	% VAR
Investimento (Econômico)	R\$ MM	568	587	(3,3)	340	228	49,3
<b>Planta</b>							
Linhas instaladas (comutadas)		14.363.419	14.333.778	0,2	14.363.419	14.322.760	0,3
Linhas instaladas - ganho		43.847	102.935	(57,4)	40.659	3.188	1.175,4
Linhas em serviço		12.342.394	12.442.081	(0,8)	12.342.394	12.376.898	(0,3)
Residencial		9.242.719	9.303.075	(0,6)	9.242.719	9.276.898	(0,4)
Não residencial		1.708.567	1.417.883	20,5	1.708.567	1.536.054	11,2
Troncos <sup>1/</sup>		728.016	1.062.561	(31,5)	728.016	902.449	(19,3)
Linhas públicas		329.312	328.848	0,1	329.312	329.548	(0,1)
Uso próprio e teste		333.780	329.714	1,2	333.780	331.949	0,6
Linhas em serviço - ganho		(4.621)	(20.665)	N.A	(34.504)	29.883	N.A
Linhas em serviço média	(LSM)	12.355.887	12.399.405	(0,4)	12.356.632	12.355.142	0,0
ADSL		1.377.526	976.134	41,1	1.377.526	1.300.056	6,0
Digitalização	(%)	100,0	98,8	1,2 P.P.	100,0	100,0	0,0
<b>Tráfego</b>							
Local - Pulsos registrados	(pul ooo)	14.943.571	15.878.320	(5,9)	7.264.948	7.678.623	(5,4)
Local - Pulsos excedentes	(pul ooo)	10.130.347	10.783.464	(6,1)	4.909.946	5.220.401	(5,9)
Longa distância nacional <sup>2/</sup>	(min ooo)	6.629.079	7.163.015	(7,5)	3.292.161	3.336.918	(1,3)
Longa distância internacional	(min ooo)	47.999	52.067	(7,8)	24.474	23.525	4,0
<b>Tráfego mensal por LSM</b>							
Local	(pul)	202	213	(5,6)	196	207	(5,4)
LDN	(min)	89	96	(7,1)	89	90	(1,4)
LDI	(min)	0,6	0,7	(7,5)	0,7	0,6	4,0
<b>Outros</b>							
Empregados		7.367	7.578	(2,8)	7.367	7.167	2,8
Linhas em serviço por empregado <sup>3/</sup>		1.862	1.771	5,2	1.862	1.908	(2,4)
Receita Op. Líquida mensal por LSM	(R\$)	97,5	93,0	4,8	97,3	97,6	(0,3)
Densidade telefônica (por 100 habit.)		30,7 <sup>4/</sup>	31,4	(0,7) P.P.	30,7 <sup>4/</sup>	30,9	(0,2) P.P.

1/ Inclui clientes RDSI.

2/ Inclui tráfego intra-estadual e interestadual (fixo-fixo e fixo-móvel)

3/ Dados referentes ao final de cada período. Inclui clientes ADSL.

4/ População base para o cálculo: 40.204.146 (fonte IBGE - Jun/06)

## TARIFAS - SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA

### TARIFAS DE SERVIÇO LOCAL

(em reais - impostos inclusos)

Data	Habilitação	Assinatura mensal			Telefone Público		Pulso local
		Residencial	Não residencial	Tronco	Ficha Local	Crédito	
28/jun/02	76,6	26,6	40,0	40,0	0,081	0,081	0,103
30/jun/03	89,8	30,4	49,6	49,6	0,093	0,093	0,117
12/set/03	<sup>1/</sup> 69,7	31,1	46,9	46,9	0,095	0,095	0,120
2/jul/04	64,2	33,5	50,4	50,4	0,102	0,102	0,129
1/set/04	73,1	34,5	54,4	54,4	0,105	0,105	0,133
1/nov/04	82,1	35,6	58,3	58,3	0,108	0,108	0,137
3/jul/05	<sup>2/</sup> 88,0	38,1	62,5	62,5	0,117	0,117	0,147
14/jul/06	88,01	37,98	65,12	65,12	0,116	0,116	0,14672

### TARIFAS DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL

(em reais - impostos inclusos, por minuto, horário normal, sem descontos)

Data	D1	D2	D3	D4
	(até 50km)	(50 a 100km)	(100 a 300km)	(acima 300km)
28/jun/02	0,108	0,173	0,237	0,347
30/jun/03	0,124	0,198	0,272	0,397
12/set/03	0,127	0,203	0,278	0,382
2/jul/04	0,133	0,213	0,292	0,400
1/set/04	0,144	0,230	0,316	0,397
1/nov/04	0,155	0,248	0,340	0,394
3/jul/05	0,155	0,248	0,340	0,414
20/jul/06	0,143	0,221	0,310	0,414

### TARIFAS DE INTERCONEXÃO

(em reais - impostos inclusos, por minuto, sem descontos)

Data	Fixo-Fixo		Fixo-Móvel		
	TU-RL	TU-RIU	VC-1	VC-2	VC-3
1/fev/02	0,050	0,091	0,498	1,037	1,180
8/fev/03	<sup>3/</sup>		0,5687-0,6360	1,265	1,439
30/jun/03	0,058	0,114			
12/set/03	0,052	0,102			
11/fev/04			0,6085-0,6805	1,354	1,540
2/jul/04	0,047	0,106			
1/set/04	0,049	0,112			
1/nov/04	0,052	0,118			
12/jun/05			0,65714 - 0,73486		
3/jul/05	0,045	0,121			
1/jan/06	0,036	0,095 (*)			
31/mar/06				1,462	1,663
14/jul/06	0,035				
20/jul/06		0,10185(*)			

(\*) média dos 4 horários

1/ Habilitação foi reajustada em 04/10/2003.

2/ Alguns serviços têm tarifas diferenciadas na região da antiga CTBC, tais como habilitação (R\$71,59), assinaturas não residencial e tronco (R\$60,02), LDN (D1=R\$0,150, D2=R\$0,216, D3=R\$0,308 e D4=R\$0,459). Há diferentes tarifas na região da CETERP.

3/ A partir de 08/02/03 existem tarifas diferenciadas por setores de origem e destino conforme tabela autorizada pela Anatel.

Nota a) Em 08 de junho de 2005, por meio do Ato nº 50.895, a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL homologou o reajuste dos valores das chamadas destinadas ao Serviço Móvel Pessoal - SMP com variação de 7,99%, para a modalidade VC1, em toda a área de concessão da TELESP, setores 31, 32 e 34 da Região III. O reajuste das chamadas VC1 entrou em vigor a partir do dia 12 de junho de 2005.

Nota b) De acordo com a renovação do Contrato de Concessão, as novas regras de interconexão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2006 são como seguem: a tarifa de TU-RL está limitada a 50% do valor do minuto local; a tarifa TU-RIU está limitada a 30% dos valores correspondentes ao degrau 4, obedecida a modulação horária.

Nota c) Em 28 de março de 2006, por meio do Ato 57.109, a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL homologou o reajuste de 7,99% para as tarifas das chamadas de longa distância entre telefones fixos e telefones móveis (VC2 e VC3) em toda a área de concessão da TELESP, setores 31, 32 e 34 da Região III. O reajuste entrou em vigor a partir do dia 31 de março de 2006.

Nota d) Em 10 de julho de 2006 e 14 de julho de 2006, por meio dos Atos 59.517 e 59.665, a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL homologou os percentuais para o reajuste tarifário do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 14 de julho de 2006, para Local e a partir de 20 de julho de 2006 para Longa Distância Nacional.

Os incrementos médios das cestas de tarifas foram os seguintes: Local: -0,38%; Longa Distância: -2,73%.

## EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

(em milhares de reais)

Junho 2006						
	Moeda	Taxa de juros	Vencimento	Curto prazo	Longo prazo	Total
Mediocrédito	US\$	1,75%	2014	6.882,0	45.568,0	52.450,0
Empréstimos Diversos em Moeda Estrangeira			Até 2009	95.747,0	521.247,0	616.994,0
Debêntures	R\$	103,5% DA TAXA CDI	Até 2007	17.476,0	1.500.000,0	1.517.476,0
<b>Total</b>				<b>120.105,0</b>	<b>2.066.815,0</b>	<b>2.186.920,0</b>

## COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DIVERSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

(em milhares de reais)

Junho 2006					
Consolidado	Moeda	Taxas de Juros	Principal	Juros	Saldo
Resolução 2770	US\$	4,80%	270.852,0	15.767,0	286.619,0
Untied Loan - JBIC	JPY	LIBOR + 1,25%	328.479,0	1.896,0	330.375,0

## CRONOGRAMA CONSOLIDADO DE VENCIMENTOS DE LONGO PRAZO

(em milhares de reais)

Junho 2006	
Ano	Valores
2007	1.550.180,0
2008	386.980,0
2009	100.361,0
2010	6.510,0
A PARTIR DE 2011	22.784,0
<b>TOTAL</b>	<b>2.066.815,0</b>

## AVISO LEGAL

O presente documento contém manifestações a respeito do futuro sobre intenções, expectativas ou previsões da Companhia ou de seu direcionamento à data de elaboração do mesmo, que se referem a diversos aspectos, e entre eles a base de clientes e a sua evolução, ao crescimento das distintas linhas de negócio e ao do negócio global, à participação de mercado, aos resultados da Companhia e aos demais diversos aspectos da atividade e situação da mesma. As previsões futuras neste documento podem ser identificadas em determinados casos, pela utilização de palavras como “expectativas”, “antecipação”, “propósito”, “crença”, e de uma linguagem similar ou sem negação, ou pela natureza futura das discussões sobre estratégia, planos ou intenções.

Tais intenções, expectativas ou previsões são afetadas, como tais, por riscos e incertezas que poderiam determinar o que venha a ocorrer na realidade, não se correspondam a elas e a Companhia não se obriga a revisá-las publicamente no caso de mudanças de estratégia ou de intenções ou acontecimentos não previstos que possam afetar às mesmas.

O exposto nesta declaração deve ser levado em conta por todas aquelas pessoas ou entidades que possam ter que decidir ou elaborar ou difundir opiniões relativas a valores emitidos pela Companhia e em particular, pelos analistas que utilizem este presente documento. Convida-se a todos para que consultem a documentação e a informação pública comunicada ou registrada pela Companhia ante as entidades de supervisão de mercados de valores mais relevantes e em particular, ante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Para mais informações contatar:

**Diretoria de Relações com Investidores**

Rua Martiniano de Carvalho, 851 - 17º. andar

01321-001 - São Paulo - Brasil

Tel.: +55 11 3549 7200 / 7201

Fax: +55 11 3549 7202

E-mail:

Daniel de Andrade Gomes

[dgomes@telefonica.com.br](mailto:dgomes@telefonica.com.br)

[ri.telefonicabr@telefonica.com.br](mailto:ri.telefonicabr@telefonica.com.br)

[www.telefonica.com.br](http://www.telefonica.com.br)